

## **FINS DO ANTIGO REGIME EM PORTUGAL: INQUISIÇÃO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

*Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

Even after the Pombaline reforms, which particularly affected the power of the Church, the end of the *Ancien Régime* in Portugal was characterized by religious intolerance and fanaticism; the symbiosis political power/Church, to which the Inquisition and the Intendência da Polícia gave expression, would remain until 1820 with devastating effects on the organization of the society and, most particularly, in the field of education and cultural experience, despite the new Enlightenment winds that blew particularly from revolutionary France. This article, based on a hermeneutic analysis of texts of foreign travelers who demanded Portugal after the fall of Sebastião José de Carvalho e Melo, intends to prove that, despite all the external pressures and the political and religious anachronism, only the 1820 Liberal Revolution would put an end to almost three centuries of a governing model in which it was not known where the State ended and the Church began.

Keywords: Ancien Régime; Inquisition; Religious Fanaticism; Intolerance; Foreign Travellers.

### **RESUMO**

Mesmo após as reformas pombalinas, que particularmente afetaram o poder da Igreja, os fins do Antigo Regime em Portugal caracterizaram-se pela intolerância e fanatismo religiosos; a simbiose poder político/Igreja, a que a Inquisição e a Intendência da Polícia davam expressão, permaneceria até 1820 com efeitos devastadores na organização da sociedade e, muito particularmente, no campo da educação e vivência cultural, apesar dos novos ventos iluministas que sopravam particularmente da França revolucionária. Este artigo, partindo de uma análise hermenêutica de textos de viajantes estrangeiros que demandaram Portugal após a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo, pretende comprovar que, apesar de todas as pressões exteriores e do anacronismo político e religioso, só a Revolução Liberal de 1820 poria fim a quase três séculos de um modelo governativo em que não se sabia onde acabava o Estado e começava a Igreja.

Palavras-chave: Antigo Regime; Inquisição; Fanatismo religioso; Intolerância; Viajantes Estrangeiros;

Recebido em 15 de junho de 2022.

Aceite em 22 de junho de 2022.

“Numa sociedade em que o príncipe se apresenta ao culto público como investido por Deus, o poder religioso e o poder político apoiam-se mutuamente.”

Pierre Flottes

## 1.

Quando na manhã do dia 23 de janeiro de 1808 D. João VI e a sua comitiva desembarcaram em S. Salvador da Bahia (depois da espera a bordo de um dia por ineficiente informação sobre o *timing* da sua chegada ao Brasil) depressa foram encaminhados sob um pátio purpurino até à igreja da Sé onde assistiram a um *Te Deum Laudamus* celebrado pelo arcebispo D. José da Escolástica como forma de agradecimento à divindade pela travessia bem sucedida do Atlântico.<sup>1</sup>

Quase 308 anos antes, também Pedro Álvares Cabral iniciava a presença portuguesa no Brasil com uma missa de ação de graças e competente elevação de um padrão dos Descobrimentos, em 26 de abril de 1500, contando com a presença curiosa de indígenas que assistiam em silêncio à missa e pregação, segundo relata Pêro Vaz de Caminha na sua carta ao rei D. Manuel, mas sobretudo estupefactos perante o espetáculo daquela gente vestida dos pés à cabeça, cabelos compridos e hirsutos, enormes barbas, sujos, e que se faziam transportar em grandes embarcações. Cabral sinalizava a dilatação da fé e do império; o Regente D. João era o símbolo vivo e decadente de ambos: uma espécie de representante de Deus na terra e cabeça do império que, pela primeira vez, se instalava fora da capital imperial, estrategicamente fugido às tropas napoleónicas. A Bahia é, seguramente, um dos melhores exemplos de manifestação arquitetónica da religiosidade portuguesa ou não fosse a cidade erigida na encosta da baía baptizada de Todos-os-Santos, tipicamente portuguesa na sua matriz arquitetónica ainda medieval, desordenada, pouco planificada (Boxer 1963: 124), recheada de igrejas e conventos, uma cidade onde abundavam procissões e festas religiosas misturadas com rituais profanos, importados conjuntamente com a mão-de-obra escrava africana. Nada de novo. Desde sempre a religiosidade portuguesa combinou em harmonia oficiosa religião e credices, práticas religiosas e bruxaria.

---

<sup>1</sup> A decisão de atracar primeiro na Bahia é apresentada pelo jornalista e investigador Laurentino Gomes como uma jogada estratégica do Regente D. João, visando a unificação administrativa e política do Brasil (Gomes 2008: 93).

Pilar da Contra-reforma católica, Portugal viveu, desde meados do século XVI, um fanatismo religioso que conheceu o seu auge no reinado de D. João V, o qual, de tão crente que era, levou ao extremo essa sua convicção convivendo luxuriosa e harmoniosamente com as esposas de Cristo, uma situação de todos conhecida que ultrapassou fronteiras.

Fosse por que fosse, um pequeno país como Portugal tinha (ainda tem) um patriarca, figura honorífica máxima na hierarquia da Igreja, e o seu rei mereceu do papa o título de Fidelíssimo: D. João V foi tão fiel na sua fidelidade que, como já apontado, não se esqueceu de partilhar o leito com as freiras e espalhou pelo país alguns filhos dessas relações.

## 2.

O fanatismo religioso português começou a aprimorar-se ainda antes das decisões saídas do Concílio de Trento com a criação do Tribunal do Santo Ofício; o fervor religioso dos portugueses era alimentado por uma Igreja que congregava uma verdadeira legião de membros responsáveis por um fanatismo visível e permanentemente atuante que mereceu, por parte de viajantes estrangeiros que demandaram as terras lusas nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, os mais variados comentários coincidentes no facto de que a religião assumia importância decisiva na definição e estruturação do carácter, educação e comportamento dos portugueses.

Neste particular, vem em primeira instância a intolerância que se manifestava sobretudo no seio da própria sociedade e menos para com os estrangeiros, como se pode constatar pela leitura, por exemplo, das *Cartas de um Viajante Francês* (2007), de autoria anónima, do *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (1988), do nobre inglês William Beckford, e da *Viagem em Portugal. 1798-1802* (1981), de Carl Israel Ruders, entre outros; a intolerância era fruto de uma religiosidade profundamente doentia, alimentada por uma intencional falta de formação escolar das pessoas, tendo conduzido ao fanatismo, à superstição, à cega credulidade, conforme constatou Ruders, um pastor sueco protestante que esteve em Lisboa na passagem do século XVIII para o XIX: “Todos os povos incultos são muito supersticiosos [...]. Num país em que a religião de certa maneira favorece tais ideias não é para admirar que a superstição encontre mais fanáticos que em qualquer outra parte” (Ruders 1981: 224).

A valorização das visões, revelações, supostos milagres ou previsões do futuro fazia parte do cardápio e manjar da vida religiosa nos tempos de D.

Maria I e do seu sucessor; acreditava-se cegamente nisso tudo: se o sacristão ou o padre sonhavam que a estátua da Virgem suava, era verdade; se uma beata dizia em confissão ouvir vozes interiores sobre castigos divinos, mortes iminentes, etc., logo corria o confessor a divulgá-las; se uma jovem reagia mal a amores contrariados, era julgada possuída pelo demónio e exorcizada; se os médicos não atinavam nas mezinhas para uma doença, faziam-se benzeduras ou ia-se à bruxa (Anónimo Francês 2007: 49-52); se acaso surgia um cadáver incorrupto anos após estar enterrado, era milagre e virava santo (Ruders 1981: 223); se alguém diz que um protestante se converteu à hora da morte, logo vêm os dignitários da Igreja e nobres importantes participar no funeral da criatura abençoada por tal milagre, conforme relata William Beckford em carta de 29 de agosto de 1787 (1988: carta XVIII).

Uma religiosidade tão singular só podia ser fruto de uma enorme ignorância e deficiente educação cristã, causadas por um clero também ele pouco instruído e sempre pronto para condenar ao inferno “todos aqueles que pensarem diverso deles” (Anónimo Francês 2007: 53-56), distorcendo toda uma prática religiosa que devia ser boa. Por isso, o poeta Robert Southey constatava: “Os camponeses e a grande massa do povo acreditavam, com uma fé implícita e intensa em tudo aquilo que lhes era ensinado. O clero paroquial, diferindo pouco do povo no seu modo de vida e tendo recebido uma educação de tão pouca valia que dificilmente se pode dizer que o tenha elevado acima do nível comum era, na maioria, tão supersticioso e mal-informado como o seu rebanho” (Southey *apud* Sousa 2007: 17).

Há, portanto, toda uma falsa devoção instigada por um clero pouco menos que ignorante, que lê latim mas não sabe o que lê, um clero que fomenta a “prática minuciosa dos mais inúteis exteriores da religião, numa sujeição cega ao poder eclesiástico, e num horror a tudo o que é gente instruída, e ilustrada, a que eles prontamente caracterizam de ateus, ou hereges”, segundo as palavras do viajante anónimo francês (2007: 55). O protestante Ruders, constatando essa mesma ignorância dos religiosos portugueses, vai ao ponto de dizer nunca ter ouvido em Portugal sermão de outro qualquer credo religioso de onde pudesse tirar qualquer préstimo (Ruders 1981: 109). Para além de maioritariamente ignorante, o clero vivia na ociosidade, à custa das rendas dos conventos e das esmolas, sendo comum haver religiosos que se acolhiam junto de casas abastadas (sendo aí muitas vezes fonte de discórdias entre os casais) aos quais o viajante francês anónimo chamou, de forma eloquente, de “divinos insectos” (2007: 56).

Onde melhor se manifestava a religiosidade portuguesa era nas procissões

e romarias. A riqueza e opulência ostensivas do cerimonial religioso e o número quase sem conta de membros do clero numa procissão do Corpo de Deus deixaram ironicamente extasiado o britânico William Beckford, um dos nobres mais ricos da Inglaterra de então, o qual, entre a parafernália dos participantes daquela manifestação religiosa, destacou “uma infinidade de padres trazendo luzidas e diversas bandeiras de seda pintada; rebanhos de frades macilentos de hábitos brancos, pardos, e pretos, vinham de envolta e sucessivamente, como bandos de perus levados ao mercado” (Beckford 1988: carta IV). Uns anos mais tarde, já em plena governação efetiva de D. João VI, a jovem Clarissa Trant, que acompanhava o pai<sup>1</sup> na sua estadia em Portugal, descrevia assim a procissão do *Corpus Christi*:

No dia do Corpus Christi aceitámos o convite do Marquês de Ponte de Lima para assistir das suas janelas à grande procissão que tem sempre lugar neste dia.

A procissão não começou senão há uma hora, quando uma multidão de homens, mulheres e crianças andrajosos avisaram da sua aproximação correndo junto à casa. A ordem do cortejo era a seguinte: alguns cavalos muito elegantes levados um por um [...] seguia-se a imagem do santo [S. Jorge, patrono dos cavalos] em cartão [...] o gigantesco S. Cristóvão seguia o seu amigo S. Jorge e provocava muito riso pela sua altura colossal e andar instável [...] Um grande número de padres de vários conventos caminhavam atrás devagar, depois vinha uma imagem da Virgem Maria [...] e o conjunto desta triste representação era encerrado por padres levando um dossel debaixo do qual se levava a Hóstia Consagrada (Trant *apud* Sousa 2007: 101).

Ruders, por seu lado, destaca a majestosa ornamentação nas janelas e varandas das casas lisboetas, os ricos arcos festivos erguidos nas ruas e toda a cópia de padres das mais diversas ordens religiosas que se incorporavam na procissão com os seus hábitos característicos (Ruders 1981: 194-196).

As romarias e peregrinações a santuários eram, na leitura do Viajante Francês anónimo, espaços para as “maiores desordens da embriaguez e do deboche” tudo complacentemente admitido e mesmo fomentado por clérigos e frades que “dali trazem as copiosas esmolas de missas pedidas e de outras rogadas” (Anónimo Francês 2007: 55).

O retrato pode parecer exagerado, mas tem confirmação cabal num

---

<sup>1</sup> O Coronel Nicholas Trant, militar de origem escocesa, participou na Guerra Peninsular, tendo depois sido nomeado Governador do Porto e condecorado por D. João VI com a comenda de Torre e Espada.

texto que o P.<sup>e</sup> Francisco Manuel do Nascimento – o poeta Filinto Elísio – escreveu lá do seu exílio parisiense, onde se homiziou no ano de 1778, fugido à Inquisição; descrevendo uma procissão e toda a *entourage* profana que a envolvia traduzindo de forma muito viva e, dir-se-ia, quase perfeita, as observações dos visitantes estrangeiros, Filinto registou:

***Carta ao M.al Luís de C.***

Tu sabes o que vai? Houve cá hoje  
Uma tal procissão, que é muito bonita.  
Leva tanto santinho!!! Tanta gente!!!  
E gasta a preparar-se tanto tempo  
Que lá, do ano passado, cuidam nela.

Prontos os santos, prontos os andores,  
Janelas já pedidas, fatos feitos,  
Moças alvoroçadas, e peraltas  
Tomava aos Irmãos sécios grão desgosto.

[...]

Chega o dia feliz, e suspirado.  
Começam logo c'o a alvorada, as moças  
A edificar no monte sem miolo  
Castelos vãos de flores, e de fitas,  
A vestir galas, a pegar cambraias

[...]

Dão três horas. Começa-se o fadário  
Espreitam-se as janelas, povoadas  
De deusas, ninfas, damas e rascoas.  
A rua entra a ferver de ponta a ponta  
Com soldados, com frades, com lacaios,  
Com garotos, com cães, com ratoneiros.

[...]

E a mãe, muito devota, íntima a filha:  
«Não te arredes de mim. Não dês mais trela  
Ao peralta, e se acaso o pé te pisa,  
Assenta-lhe à mão-tente um tapa-olhos».

[...]

E o Menino Jesus vem feito Arqueiro!  
Mãezinha! Vem bonito. E um santo preto!!!  
Como vem luzidio!!! E este santinho  
Poude entrar todo negro assim no céu?

[...]

Mexe-se a gente toda...Apanha – Apanha  
 Que é um ladrão, que leva dous relógios.  
 Cá me falta o meu lenço. Ai a minha bolsa!  
*Eis aí o de que estas funções servem!*  
 (Dizia um velho muito poupado, e rico)

[...]

Este padre daqui, da cabeleira  
 Loura, covinhado das bexigas  
 Que vai ao pé do irmão do hábito rico,  
 É quem fez este andor. – É muito douto!  
 Ele é que deu a ideia disto tudo  
 E é que achou as palavras, que escrevera  
 O apóstolo santo André. Trabalhou muito  
 Para as achar, que faltam na Escritura.  
 Mas tanto esgravatou, que deu com elas...

Eis que um velho de aspeito venerando,  
 Que lhes ficara ao pé, entre a mais gente,  
 Postos, nos dous, os olhos, meneando  
 Três vezes, a cabeça, descontente,  
 O nariz grosso, um pouco arrebitando  
 Que os dous, de perto, viram claramente;  
 C'um saber só de experiência feito,  
 Sorriu-se, e o mais calou no experto peito.

(Elísio *apud* Moreira, vol. V, 1999: 363-367)

Como o poeta deixa claro neste fresco sócio-religioso, a intolerância, o fanatismo, a superstição, a credence, a falsa devoção são, entre outros, sinais de uma religiosidade muito particular em que sagrado e profano muitas vezes se confundem, não se sabendo onde um acaba e o outro começa e da qual a actuação do clero, aliada a uma ignorância generalizada, é a maior responsável.

### 3.

Por detrás de tudo isto, havia a Inquisição. O esplendor inquisitorial vivido no reinado de D. João V fora refreado pelo Marquês de Pombal, que também procedeu à alteração do seu regimento funcional, proibindo a perseguição dos judeus/cristãos-novos e transformando o Santo Ofício num tribunal régio especialmente vocacionado para a defesa da religião católica;



ao mesmo tempo, o ministro de D. José suprimiu as funções da Inquisição em matéria de censura, criando, para o efeito, a Real Mesa Censória em 1768.

Desaparecido Pombal da cena política, e invocando o integrista religioso, a Inquisição vai fazer-se notar, com D. Maria I e com D. João VI, pela perseguição aos hereges filósofos e *maçons*; o vírus revolucionário vindo de além-Pirenéus será mais um alento de alma para o Santo Ofício que, em parceria com a Intendência da Polícia que fora criada por Pombal, mas agora com papel reforçado por via da liderança de Diogo Inácio Pina Manique, encabeçará o combate aos difusores de textos, símbolos e ideias revolucionárias. Amortecida com Pombal, a Inquisição ressurgiu no reinado de D. Maria I, algo fragilizada, é certo, mas mesmo assim um tanto revigorada e mais atuante. A perseguição aos hereges visou, sobretudo, jovens com instrução académica ou académicos (*v. g.* José Anastácio da Cunha), sacerdotes “pouco firmes” nas suas convicções ou de “costumes debochados” (ex. P.<sup>c</sup> Francisco Manuel do Nascimento), pessoas referenciadas como libertinas (ex. Bocage), tudo numa tentativa de impedir a divulgação, por esta gente esclarecida, dos princípios filosóficos ou políticos iluministas tidos, por uma Igreja ultramontana, como heréticos.

Esta atitude persecutória contra a heresia dos filósofos estava consignada pela própria Real Mesa Censória que Pombal instituíra enquanto entidade substituta da Inquisição em matéria de censura de livros, a qual, no seu edital de 24 de setembro de 1770, se insurgiu contra os filósofos culpados pelos erros do “Atéismo, Deísmo e do Materialismo”.

A população continuava a viver num verdadeiro pavor da Inquisição; o que antes fora um ódio secular contra os judeus e que como por um passe de mágica desaparecera após a legislação pombalina, virara-se contra os defensores da Razão, contra os simpatizantes das ideias maçónicas, contra os que viram na Revolução Francesa e nos propósitos que a enformaram a solução para mudar o destino dos portugueses. A atuação inquisitorial continuou, os alvos é que mudaram instituindo-se aqueles, como vimos, numa verdadeira justificação para a continuidade existencial do tribunal religioso.

Não espanta, por isso, que, num relato de 1812, o irlandês William Graham, um oficial do Comissariado pertencente à Comissão de Abastecimento de Géneros às tropas britânicas estacionadas em Portugal na sequência das invasões napoleónicas, registasse ainda a presença efetiva do Santo Ofício em Portugal confirmando a sua má reputação na Europa, os

motivos do terror que instilara por séculos e os excessos de desumanidades praticadas:

Os gabinetes da Inquisição permanecem ainda na praça do Rossio e fui informado por fontes credíveis que todos os horríveis instrumentos usados nos interrogatórios e nas torturas ainda lá permanecem. As diferentes espécies de tortura excedem as invenções dos selvagens na América, e as cenas que aqui tiveram lugar foram tão infernais como das piores que costumamos ler (Graham *apud* Sousa 2007: 188-189).

Esta vergonha perante a Europa em que se tinha tornado a existência da Inquisição e que fora largamente denunciada, entre outros, por Voltaire nos anos sessenta (ex. *Candide*), é também expressa pelo já referido poeta Robert Southey que, por duas ocasiões, visitou Portugal, primeiro em 1796 e depois em 1800, tendo, posteriormente, escrito uma *History of the Peninsular War* que contratualizara em 1817 com o editor John Murray; Southey deixa bem claro que a actividade inquisitorial abrandara, mas que a intolerância fanática continuava:

Se bem que o seu princípio de intolerância permanecesse o mesmo [...] a prática abrandara grandemente; e os autos-da-fé, os grandes dias festivos dessa idolatria implacável, estavam no fim: pois sentia-se e reconhecia-se secretamente que estas exhibições desumanas eram vergonhosas aos olhos da Europa (Southey *apud* Sousa 2007: 20).

E para provar a utilidade do Tribunal para o poder político, deixou Southey o testemunho impressionante do que dele fizeram os franceses invasores: “Lagarde<sup>1</sup> tomou posse da Inquisição; o velho estabelecimento daquele tribunal diabólico foi reduzido a apenas um para perseguição política, como se o próprio edifício estivesse contaminado e sempre destinado a merecer as execrações da humanidade” (Southey *apud* Sousa 2007: 36). Afinal, antes como agora, o Santo Ofício era um poderoso instrumento religioso e político, duas realidades impossíveis de separar no Portugal setecentista que se prolongou até à Revolução Liberal, se bem que, nos finais da sua existência, sob a capa da religiosidade, o que havia era uma pragmática ação ao serviço do poder político. Ainda Southey: “A Inquisição [...] ao fechar os

---

<sup>1</sup> Oficial de Napoleão Bonaparte conhecido pelo seu carácter violento que, antes de integrar a primeira invasão das tropas napoleónicas, estivera em Portugal como embaixador. Por esta altura, Lagarde era um ministro do governo constituído por Junot.

portos e barrar os caminhos de entrada e saída da Península cortou, tanto quanto possível, toda a comunicação intelectual com o resto do mundo” (Southey *apud* Sousa 2007: 17).

Perante este cenário, os espíritos racionalistas, os *hommes d’esprit*, foram apontados como libertinos e perigosos para os crentes. Às tentativas dos racionalistas de impor o predomínio da razão, a Igreja respondia com a defesa dos inatacáveis dogmas da religião católica. E tinha a Igreja um auxiliar precioso na sua luta contra as “heresias racionalistas”: o estado absolutista.

Sabe-se que a legislação portuguesa do tempo corporizava princípios da religião cristã e interesses do próprio clero. Sabe-se igualmente como a monarquia portuguesa tirou partido dos privilégios que concedeu à Igreja (e dela recebeu), verdadeiro sustentáculo da sobrevivência monárquica. É também certo que a Inquisição surgiu como um tribunal eclesiástico servindo igualmente o rei absoluto e assim continuou sendo, e ainda mais, após a reforma pombalina; e, se mais fosse preciso para atestar as bem conseguidas relações – por vezes até poderia falar-se de concubinação – entre a Igreja e o monarquia absoluta nos seus fins de existência, lembre-se as impressões registadas por viajantes estrangeiros que visitaram Portugal nesse período, todas elas unânimes, como já apontado, em notar a importância sem paralelo das práticas religiosas no quotidiano da vida dos portugueses, em constatar o carácter indissociável religião/vida social... de qualquer classe, entenda-se.

Sendo verdadeiro este cenário, também é certo que, nos finais de Setecentos, um significativo acervo de livros integrantes da lista de proibições entrava no país e circulava em círculos restritos da aristocracia, do clero e da burguesia, os quais sentiram um apelo à crítica contra este estatuto existencial do clero, contra uma Inquisição em perda definitiva e irremediável, mas que continuava a infundir um medo notório. Não era fácil apagar, de um dia para o outro, uma atitude mental persecutória e de delação contínua com séculos de existência e prática efetiva; não se extinguia de um momento para o outro o sentimento de medo que agitava a população; veja-se como confirmação e a título de exemplo o que relatou Ramalho Ortigão sobre a vida de medo do P.<sup>o</sup> Francisco Manuel do Nascimento após uma visita ao lusófilo francês Ferdinand Denis que, quando criança, ainda conheceu o poeta português:

Sucedia que sempre que Francisco Manuel aludia às terríveis perseguições que lhe fizera o Santo Ofício, Verdier<sup>1</sup> sorria sempre com um sorriso maligno.

---

<sup>1</sup> Timóteo Lecussan Verdier (1755-1812), francês nascido e residente em Portugal e amigo de Francisco Manuel do Nascimento; por ser francês viria a ser expulso por ordem do Intendente Pina Manique, seguindo para França onde reencontrou o já exilado Francisco

Uma vez que o poeta não estava presente, disseram ao seu íntimo:

– Verdier, você há de contar hoje para aqui o que sabe sobre os horrores que a Inquisição preparava ao nosso amigo. Sempre que se fala nisso, você ri. Por ventura não teria ele sofrido como diz?

– Sofreu – respondeu Verdier – sofreu imenso, mas a causa dos seus grandes infortúnios não foi principalmente a Inquisição...

– Então que foi?

– Foi o medo (Ortigão 1924: 76).

Como não ter medo da Inquisição, se os processos e sentenças condenatórias continuavam? Como não ter medo, se uma simples crítica à Igreja, ou a membros seus, poderia levar a uma perseguição sem quartel? O medo de ser denunciado convivia com as pessoas instigado, como era, por um Santo Ofício que, em editais sucessivos publicados até inícios do século XIX, reiterava a obrigação das pessoas em denunciar os suspeitos tipificados em listas públicas. A Inquisição era uma entidade promotora de medo e foi-o até ao final. Baste, para tanto, um simples excerto do jornal *Correio Brasiliense*, de abril de 1816, a propósito de uma ordem papal para abolir o uso da tortura pelas Inquisições portuguesa e espanhola:

A Inquisição é um tribunal civil e denominado régio em Portugal. O seu regimento só tem força de lei porque o soberano lhe deu aquele carácter. Os castigos e processos criminais da Inquisição só podem ter lugar pela autoridade d'El-rei. Logo a corte do Rio de Janeiro deve rejeitar *in limine*, como fez a respeito dos jesuítas, toda a tentativa do papa em ingerir-se nas leis criminais do Estado as quais manifestamente só são da competência civil.

#### 4.

Como se comprova, cinco anos antes da sua extinção, a Inquisição continuava a ter os seus defensores e a confundir-se com o próprio Estado; assim se percebe também que, apesar de uma ação cada vez menos efetiva, continuava a ser temida e odiada. A sua má reputação permaneceu até ao final da sua existência, bem como o medo que provocava na sociedade portuguesa. Porquê? Porque a mentalidade inquisitorial persistia, juntamente com os defeitos do tribunal, resultantes das normas a que se subordinava e das práticas a que se limitava. Os fins do Antigo Regime em Portugal, ainda que num estado político e social moribundo, continuavam a ser pura

---

Manuel, a quem ajudaria nas horas difíceis por ele vividas.

expressão de um fanatismo e intolerância religiosos construídos na base de um medo endogâmico e de um ambiente de delação social que perduraram por séculos e marcaram muito significativamente a sociedade portuguesa.

### **Referências bibliográficas**

Beckford, William. 1988. *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Boxer, Charles. 1963. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

*Correio Brasiliense*. Londres, abril de 1816.

Flottes, Pierre. 1971. *El Inconsciente en la Historia*. Madrid: Guadarrama.

Gomes, Laurentino. 2008. *1808*. Lisboa: Livros d'hoje/D. Quixote.

Sousa, M.<sup>a</sup> Leonor Machado de. 2007. *A Guerra Peninsular em Portugal – Relatos Britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio.

Moreira, Fernando & Machado, José Barbosa (ed.). 2007. *Cartas de um Viajante Francês*. Vila Real: UTAD/CEL.

Moreira, Fernando (ed.). 1999. *Obras Completas de Filinto Elísio*, vol. V. Braga: APPACDM.

Ortigão, Ramalho. 1924. *Em Paris*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda.

Ruders, Carl Israel. 1981. *Viagem a Portugal. 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional.